

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

### 1 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO VINTE E QUATRO DO COMITÊ DO 2 ITAJAÍ, realizada em 25 de fevereiro 2010.

3 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, às 09h00min reuniram-se no  
4 Auditório da Associação Comercial Industrial de Indaial, sito à Rua Rua Manoel Simão, nº863, no  
5 município de Indaial, membros do Comitê do Itajaí e demais convidados. O presidente Tercílio  
6 Bonessi iniciou com boas vindas, agradeceu a presença de todos e informou que a Assembleia  
7 começou pela manhã devido à extensa pauta. **1) Aprovação da ata 23ª AGO de 03/12/09;** Com  
8 a palavra Beate comunicou que a ata foi postada no site para que todos lessem e tivessem  
9 conhecimento do conteúdo antes da Assembleia. Partindo disto, indagou aos membros se  
10 haveria necessidade fazer a leitura desse documento. Chegou-se ao consenso de que não  
11 haveria necessidade de lê-la. Ata aprovada com 21 votos. **2) Apresentação e aprovação do**  
12 **relatório de atividades 2009;** Beate seguiu com a palavra apresentando aos membros a  
13 síntese do relatório das atividades de 2009. Em votação, relatório aprovado com 20 votos. **3)**  
14 **Aprovação da Resolução nº 38 que "Dispõe sobre a composição da Câmara Técnica de**  
15 **Prevenção de Desastres Naturais;** Com a palavra, Beate relembrou que na Assembleia de 03  
16 de dezembro de 2009 foi aprovada a mudança da Câmara Técnica de Cheias, passando a se  
17 chamar Câmara Técnica de Prevenção de Desastres Naturais e ampliando o número de  
18 assentos de 11 para 15. A partir daí, foram abertas as inscrições para as instituições que estiverem  
19 interessadas em compor a CT-Prevenção, até dia 29 de janeiro. As instituições que já  
20 compunham a CT-Cheias foram mantidas e para a CT-Prevenção temos a seguinte composição:  
21 1) Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto de Brusque, 2) Companhia Catarinense de  
22 Água e Saneamento, 3) CEESAM Geradora AS, 4) Industrial Agrícola Rio Verde, 5) Associação  
23 Empresarial de Itajaí, 6) Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, 7) Secretaria  
24 Municipal de Defesa Civil Município de Blumenau, 8) Associação Brasileira de Recursos Hídricos,  
25 9) Defesa Civil de Itajaí, 10) Associação Catarinense de Preservação da Natureza, 11) Núcleo de  
26 Defesa Civil do Gravatá – Navegantes, 12) Universidade Regional de Blumenau, 13) Caixa  
27 Econômica Federal, 14) Departamento Estadual de Infra Estrutura, 15) Secretaria de Estado do  
28 Desenvolvimento Econômico Sustentável, 16) Fundação de apoio à Pesquisa Científica e  
29 Tecnológica do Estado de Santa Catarina. Beate explicou que como 16 instituições estão  
30 participando do processo, a última a se inscrever, no caso a Industrial Agrícola Rio Verde, passa  
31 a ser suplente. O presidente colocou em votação a Resolução nº38, visto que não houve  
32 manifestações dos membros. Resolução nº 38 aprovada com 23 votos. **4) Aprovação de**  
33 **Pareceres sobre Projetos do PAC Drenagem Urbana;** Tercílio Bonessi informou brevemente  
34 que quatro Prefeituras protocolaram seus projetos, sendo elas Gaspar, Itajaí, Brusque e  
35 Blumenau, devido a um pedido feito pela Caixa, para que o Comitê desse um parecer prévio  
36 sobre tais projetos. A Câmara Técnica de Planejamento, juntamente com o Grupo Técnico de  
37 Análise de Projetos reuniu-se para a elaboração destes pareceres. O presidente chamou  
38 Wilando Kurth, presidente da CT-Plan para fazer a apresentação. Wilando leu os pareceres,  
39 começando com o de Itajaí: Os critérios técnicos foram atingidos de forma a oferecer uma  
40 resposta positiva às intenções dos projetos, restando alguns pontos que merecem  
41 recomendações. Para o Projeto de Macro drenagem Urbana – Substituição/Construção de Obras  
42 de Arte Especiais. Pontes sobre o Rio Itajaí Mirim – Bairro Nova Brasília e Cidade Nova: a)  
43 comprovar a execução do projeto socioambiental; b) redirecionar o projeto socioambiental com  
44 foco à capacitação técnica em fundamentos geológicos, geotécnicos, engenharias e  
45 socioambiental; c) atualizar cadastro técnico do sistema de drenagem urbana da área  
46 contemplada pelo projeto; d) criar mecanismos legais e intensificar a fiscalização do uso e  
47 ocupação do solo. São as seguintes as recomendações para o Projeto de Macro drenagem  
48 Urbana de Itajaí: Galerias em concreto/Canalização em Gabião: a) observar a Resolução do  
49 CONAMA 307/2002, que dispõe sobre a gestão de resíduos da construção civil; b) redirecionar o  
50 projeto socioambiental com foco à capacitação técnica em fundamentos geológicos, geotécnicos,  
51 engenharias, defesa civil e socioambiental; c) articular o resultado deste projeto com os Planos

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

52 de Defesa Civil e os Instrumentos das Políticas de Habitação, Meio Ambiente, Recursos  
53 Hídricos, Ordenamento Urbano e Plano Diretor Físico Territorial; d) buscar a integração com o  
54 sistema de alerta da bacia do Itajaí; e) elaborar cadastro técnico do sistema de drenagem urbana  
55 da área contemplada pelo projeto; f) comprovar a execução do projeto socioambiental; g) criar  
56 mecanismos legais para o controle do uso e ocupação do solo; h) intensificar a fiscalização do  
57 uso e ocupação do solo. O presidente colocou em votação o parecer para a Prefeitura Municipal  
58 de Itajaí. Parecer de Itajaí aprovado com 24 votos. Wilando passou então para o parecer de  
59 Gaspar: Os critérios técnicos foram atingidos de forma a oferecer uma resposta positiva às  
60 intenções do projeto, restando alguns pontos que merecem recomendações. São as seguintes as  
61 recomendações: a) observar a Resolução do CONAMA 307/2002, que dispõe sobre a gestão de  
62 resíduos da construção civil; b) observar a Resolução do CONAMA 344/2004, que dispõe sobre o  
63 gerenciamento de material dragado e sua correta destinação; c) redirecionar o projeto  
64 socioambiental com foco à capacitação técnica em fundamentos geológicos, geotécnicos,  
65 engenharias e socioambiental; d) articular o resultado deste projeto com os Planos de Defesa  
66 Civil e os instrumentos das Políticas de Habitação, Meio Ambiente, Recursos Hídricos,  
67 Ordenamento Urbano e Plano Diretor Físico Territorial; e) elaborar cadastro técnico do sistema  
68 de drenagem urbana da área contemplada pelo projeto; f) criar mecanismos legais e intensificar a  
69 fiscalização do uso e ocupação do solo. O presidente colocou em votação. Parecer de Gaspar  
70 aprovado com 24 votos. Na sequência Wilando apresentou o parecer de Brusque: Os critérios  
71 técnicos foram atingidos de forma a oferecer uma resposta positiva às intenções dos projetos,  
72 restando alguns pontos que merecem recomendações. São as seguintes as recomendações: a)  
73 comprovar a execução do projeto socioambiental; b) redirecionar o projeto socioambiental com  
74 foco à capacitação técnica em fundamentos geológicos, geotécnicos, engenharias e  
75 socioambiental; c) criar mecanismos legais e intensificar a fiscalização do uso e ocupação do  
76 solo, principalmente nas áreas de APPs das margens de rios; d) observar a Resolução do  
77 CONAMA 307/2002, que dispõe sobre a gestão de resíduos da construção civil; e) observar a  
78 Resolução do CONAMA 344/2004, que dispõe sobre o gerenciamento de material dragado e sua  
79 correta destinação; f) articular o resultado deste projeto com os Planos de Defesa Civil e os  
80 instrumentos das Políticas de Habitação, Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Ordenamento  
81 Urbano e Plano Diretor Físico Territorial; g) buscar a integração com o sistema de alerta da bacia  
82 do Itajaí; h) elaborar cadastro técnico do sistema de drenagem urbana da área contemplada pelo  
83 projeto. O presidente abriu a palavra. Diego Furtado da Fundema fez uma breve explicação  
84 sobre o que é o projeto, colocando que ele consiste em uma pareceria de engenharia e  
85 preservação do meio ambiente, e que será aplicado em grande parte do município, em ribeirões,  
86 no qual foram aplicadas técnicas de bioengenharia. Informou ainda que o projeto custará em  
87 torno de 77 milhões de reais, sendo que uma parte provém do Orçamento Geral da União e a  
88 outra parte financiada pelo município. Ressaltou que no total serão contempladas 14 micro  
89 bacias dentro do município. Katuscia Kangerski perguntou em quanto tempo ficarão prontas as  
90 obras. Diego respondeu que em torno de três anos. Odair Fernandes indagou se há a intenção  
91 de construir parques lineares. Diego respondeu que sim, que há espaço para tal obra. Tercílio  
92 colocou o parecer em votação. Parecer de Brusque aprovado com 26 votos. Com a palavra  
93 Beate Frank comunicou que o próximo parecer seria o de Blumenau, mas ele ainda não estava  
94 pronto. Explicou que no dia 02 de fevereiro a CT-Plan se reuniu com a Caixa para uma  
95 apresentação geral do que era este programa de drenagem. No dia 09 as Prefeituras foram  
96 convidadas a apresentarem seus projetos. No dia seguinte, a CT-Plan e o GT-Análise de  
97 Projetos reuniram-se novamente para fazer a análise. Entretanto não havia informações  
98 suficientes para esta análise. Partindo disto, foi decidido encaminhar um ofício às Prefeituras  
99 solicitando que preenchessem uma ficha com vários itens sobre o projeto. Estas respostas  
100 referem-se aos critérios que seriam usados para elaboração dos pareceres. Depois, no dia 18 de  
101 fevereiro o grupo reuniu-se novamente para finalizar os pareceres. Devido a alguma falha de  
102 comunicação, o ofício não chegou à Prefeitura de Blumenau. Por isso o questionário respondido

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

103 pelos responsáveis técnicos do projeto de Blumenau foi entregue no dia 24 de fevereiro. Devido  
104 a este contratempo, o parecer de Blumenau não ficou pronto. Beate pediu desculpas aos  
105 técnicos de Blumenau que estavam presentes, e comunicou que ainda hoje o parecer ficará  
106 pronto, visto que CT-Plan está se retirando da Assembleia para concluir o documento, que será  
107 apresentado no período da tarde. A palavra foi solicitada por Walfredo Balistieri Secretário de  
108 Planejamento da Prefeitura de Blumenau, aguardava pelo parecer, e que estaria disponível a  
109 esclarecer as dúvidas. A palavra foi solicitada então por Silvana, representante da Associação de  
110 Moradores da Av. Brasil, em Blumenau. Manifestou que todos os moradores do local estão  
111 preocupados com a situação, pois todos temem novos desmoronamentos na região. Colocou  
112 ainda que os moradores participaram de várias reuniões com a Prefeitura, e que foi feito um  
113 abaixo assinado para a aprovação do Projeto de Blumenau, com 132 assinaturas. O presidente  
114 agradeceu a presença de Silvana e deu continuidade aos trabalhos. **5) Aprovação de Metas**  
115 **Progressivas de Enquadramento;** Beate explicou que para chegar às Metas de  
116 Enquadramento foi necessário construir um Programa de Esgoto. Petrick Anderson Soares,  
117 passou a apresentar o Programa de Tratamento de Esgoto. Ressaltou que este programa  
118 consiste em dar bases para o tratamento do esgoto doméstico em toda a bacia do rio Itajaí,  
119 considerando a grande necessidade da melhoria na qualidade de água. Para tal foram feitas  
120 algumas considerações básicas: o horizonte de trabalho seria de 20 anos, haveria uma  
121 disponibilidade constante de recursos, efetiva melhoria na qualidade dos rios. A primeira etapa  
122 neste processo consiste em como fazer da nossa bacia um cenário para modelagem. Petrick  
123 explicou que foi simulada a realidade atual, ou o rio que temos hoje para posteriormente chegar a  
124 uma situação ideal ou o rio que queremos. Diante disso, colocaram-se os seguintes pontos: não  
125 existem tratamentos de esgoto consideráveis dentro da bacia. Outro ponto foi que muitas  
126 indústrias possuem tratamento de efluentes. Foram feitas também algumas considerações  
127 específicas. Existem várias regiões da bacia com captação para uso urbano. E de acordo com a  
128 legislação, este uso é prioritário, por isso ele recebeu um peso mais alto na modelagem. Outra  
129 consideração é que a bacia foi dividida em regiões habitacionais rural e urbana, visto que para as  
130 regiões existem diferentes tipos de coleta e de tratamento de esgoto. O custo por habitante na  
131 área rural é de aproximadamente 247 reais. Já na região urbana o custo é de aproximadamente  
132 1000 reais por habitante. Com as simulações, foram construídos dois cenários: o rural e o  
133 urbano, e foram simuladas a coleta e o tratamento de esgoto. A partir daí, foram vistos os  
134 benefícios e os custos gerados por estes tratamentos através de um modelo matemático, que foi  
135 aplicado em cada região da bacia. A partir dos valores obtidos com este modelo matemático  
136 concluiu-se que as regiões que tiveram maior benefício x custo, deveriam ter prioridade. Após  
137 isto foi feita uma lista em ordem decrescente de prioridades. Para a execução do programa,  
138 foram feitas etapas de 5 em 5 anos. Conforme estudo realizado em 2009, os custos totais para a  
139 implantação de redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário nos municípios localizados na  
140 Bacia do Rio Itajaí soma o valor total de R\$ 1.004.567.887,29, que deve ser considerado como  
141 estimativa. Supondo que tal valor será arrecadado no espaço de tempo de vinte anos, e que os  
142 valores arrecadados seriam constantes, a bacia teria à disposição um total de R\$ 251.141.971,82  
143 a cada cinco anos para implantar sistemas de tratamento de esgoto, até se completarem os vinte  
144 anos. Petrick concluiu colocando que desta forma, o programa de esgotos concebido estabelece  
145 uma política de investimentos e conseqüente promoção do tratamento de esgoto na Bacia do Rio  
146 Itajaí, pautada na maximização da relação benefício/custo, tendo como principal objetivo a  
147 melhoria na qualidade da água na bacia. Odair Fernandes manifestou-se colocando que o  
148 programa é excelente e indagou se o programa ainda tem condições de continuar se ocorrerem  
149 atrasos, e ao invés de 20 anos, levar 25, 30 anos. Petrick respondeu que os horizontes são bem  
150 maleáveis quanto a isto, visto que estas metas podem ser alteradas. José Sommer,  
151 representante da Faema, manifestou-se colocando que o estudo é muito interessante, visto que  
152 orienta sobre as prioridades no tratamento da água. Disse que seria interessante saber quais  
153 seriam as primeiras intervenções a serem feitas para gerar uma melhor qualidade no prazo mais

4

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

154 curto possível. Perguntou ainda se foi cogitada a possibilidade de outras ações para a melhoria  
155 da qualidade de água e a possibilidade de novos recursos, o que geraria um novo cenário. Beate  
156 respondeu que a questão dos recursos foi decidida a partir de um modelo de cobrança elaborado  
157 nas Oficinas de Cobrança ocorridas no ano passado, e que foi feito um cálculo de qual seria o  
158 custo geral das principais ações de recuperação, que eram principalmente o esgoto e a  
159 recuperação de mata ciliar. Este cálculo já chegou pronto para o engenheiro que fez o programa  
160 do tratamento de esgoto. Explicou que como a legislação diz que os recursos devem ser usados  
161 por vinte anos, houve uma exigência de divisão dos recursos ao longo dos anos. Para tal, foram  
162 feitas as consultas: existe algum programa do governo federal que financie estes recursos? A  
163 resposta foi não. Supondo que 40% venham do governo, os outros 60% devem da cobrança pelo  
164 uso da água, e a partir daí foram estabelecidos os critérios para uso na modelagem. Por isto  
165 devem ser aprovadas as metas de enquadramento dentro do cronograma da aprovação do Plano  
166 de Bacia, pois desta forma, a bacia num todo pode buscar recursos para o tratamento de esgoto  
167 nos municípios. Beate colocou ainda que segundo a Política de Saneamento, os municípios  
168 devem seguir o enquadramento estabelecido pelo Plano de Bacia. Por isso se o Comitê aprova  
169 os critérios de enquadramento, o resto é consequência. O representante-membro da Casan,  
170 Cesar Cunha, manifestou-se colocando que a disposição dos recursos está muito interessante e  
171 o mais importante é a melhoria na qualidade da água. O que o preocupa é quem vai gerenciar a  
172 distribuição destes recursos. O presidente Tercílio Bonessi salientou que com a cobrança  
173 estabelecida, o Comitê e a Agência da Água podem gerenciar estes recursos e repassá-los aos  
174 municípios, mas isto seria apenas uma primeira visão. Salientou que a partir do momento que  
175 existirem os recursos, certamente será bem aplicado. O representante-membro da AMAVI Ivanor  
176 Boing salientou que em relação aos critério é fundamental a definição das prioridades. Outro  
177 ponto é que muito municípios estão municipalizando seu abastecimento de água e depois  
178 privatizando. Questionou então como fica a situação desses municípios, visto que a partir do  
179 momento que existe a privatização a própria empresa é responsável pelo tratamento sanitário do  
180 município. Tercílio respondeu que isso cabe à legislação municipal decidir. Alexandre indagou  
181 qual seria a previsão de arrecadação a partir da outorga. Beate respondeu que isto não tem a  
182 ver com a outorga e sim com a cobrança, que são dois instrumentos diferentes e ponderou que  
183 não havendo cobrança, todo este trabalho será perdido. Se houver cobrança, o governo entrará  
184 com 40% do financiamento e a bacia com 60%. E tudo também depende da gestão política, de  
185 conseguir ou não mais recursos do próprio governo. O presidente Tercílio colocou que este ponto  
186 é de muita importância no Plano de Bacia, e que a aprovação ou não do enquadramento é de  
187 suma importância. Questionou-se qual a relação do programa de esgoto, com as metas de  
188 enquadramento e com a cobrança. Beate respondeu que para que haja a definição de metas de  
189 enquadramento é necessário haver o programa. Mas para ficar mais claro, a Sheila Amorim  
190 passará a apresentar as Metas de Enquadramento. Quanto à cobrança, só se ela for viabilizada  
191 é que existe a possibilidade de execução deste programa. Odair sugeriu que seja feita a votação  
192 do programa, e disse que há a possibilidade de aprovação visto que o mesmo é maleável e que  
193 pode ser alterados mais tarde. Em votação o Programa de Esgoto, aprovado com 21 votos. Com  
194 a palavra Sheila Amorim apresentou as Metas progressivas de Enquadramento. Sheila lembrou  
195 que na última Assembleia foi votada a Proposta de Enquadramento Prospectiva. Por questões  
196 legais, o processo de enquadramento possuiu várias etapas a serem cumpridas, e uma delas é  
197 que após ser aprovada a proposta, ela deve ser encaminhada aos diversos órgãos ambientais.  
198 Isto de acordo com o Código Florestal. Foi então encaminhado o OF. Comitê/Agência de Água  
199 do Itajaí 07/2010 a estes órgãos e aos Municípios. Penha, Rio do Sul, Alfredo Wagner e  
200 Presidente Getúlio responderam favoravelmente à proposta até o presente momento. Perguntou  
201 ainda se alguma das pessoas presentes já tinha uma resposta, porém ainda não havia a  
202 encaminhado, se possível que se manifestasse. O representante da Faema manifestou-se  
203 dizendo que o presidente da Faema recebeu o ofício e que passou para os técnicos para que  
204 eles analisassem a proposta que foi colocada. Disse que ainda não há uma resposta final, mas

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

205 que os técnicos, que participaram das oficinas de enquadramento, são a favor da proposta.  
206 Francieli Junges disse que Brusque recebeu ofício vai avaliar e emitir parecer. Ainda não o fez  
207 por falta de tempo. Sheila passou a apresentar "O rio que nós temos" a partir da modelagem,  
208 baseado na qualidade da água e na população. Este estudo foi feito com o parâmetro coliformes  
209 e DBO. Lembrou ainda que todas as condições trazidas são as piores possíveis, pois se forem  
210 trabalhados os melhores, existe a chance dos objetivos não serem atingidos. A proposta  
211 prospectiva passou então a se chamar Enquadramento. Na maioria da bacia optou-se por rio de  
212 Classe dois. As metas de enquadramento foram construídas após a aprovação do  
213 enquadramento na Assembleia anterior. Estas metas nos mostram o resultado da evolução  
214 qualitativa da água em um horizonte de 20 anos. Estas metas deverão ser alcançadas em  
215 períodos de 5 em 5 anos. Elas vão ter suas melhorias alcançadas com o programa do tratamento  
216 do esgoto, visto que sem o programa não existem as metas. Foram criados então 4 cenários  
217 para o enquadramento. O primeiro é "O rio que nós temos hoje". O primeiro cenário é para as  
218 metas dos 5 primeiros anos. Nesse período consegue-se alcançar 45.84% de classe um 8.55%  
219 de classe dois, 16.63% de classe três, 27.34% de classe quatro e água salobra permanece igual.  
220 No segundo cenário tem-se a meta para 10 anos. 45.38% classe um, 9.71 % classe dois, 17.83%  
221 classe três, 29.98% classe quatro e as salobras permanecem iguais. No terceiro cenário tem-se a  
222 meta para 15 anos, a classe um permanece igual, 10.80% classe dois, 22.39% classe três,  
223 19.33% classe quatro e águas salobras permanecem iguais. No quarto cenário daqui a 20 anos,  
224 a classe um permanece igual, 2.80% classe dois, 21.38% classe três, 18.34% classe quatro.  
225 Consegue-se também alterar classificação das águas salobras. O resultado final desejado para  
226 classe um é 11.19% mas consegue-se 45.88%. Para classe dois deseja-se 82% mas consegue-  
227 se 10.80%. Não aparecem as classes três e quatro, uma vez que estas classes não são  
228 desejadas. Porém, em vinte anos ainda existem 23% de classe três e 18% de classe quatro.  
229 Sheila disse que pode parecer pouco, mas é um resultado muito bom. Lembrou que está sendo  
230 considerado somente o tratamento de esgoto doméstico. Em vinte anos consegue-se reduzir em  
231 838 quilômetros a extensão da classe quatro, embora o desejado fosse 1376 quilômetros. Em  
232 síntese, esta proposta permite haver um enquadramento em 57% dos rios da bacia, ficando os  
233 outros 43% em condições piores que as desejáveis. Ainda que pareça pouco, se não for feita  
234 nenhuma ação, não serão melhorados nem 57%. Algumas considerações ainda devem ser  
235 feitas. Sheila apontou que uma das maiores dificuldades é a falta de monitoramento na qualidade  
236 da água. Por vezes o monitoramento é pontual, por exemplo, existem 6 pontos de monitoramento  
237 em Blumenau e nenhum em Rio do Sul. Por isso existe a necessidade de pontos de  
238 monitoramento da qualidade da água. Outro ponto é que a modelagem foi baseada em cima da  
239 vazão de referência Q95, o que significa que em 95% do tempo tem-se a vazão usada no  
240 modelo. O que significa que os resultados podem ser até melhores do que os apresentados.  
241 Sheila concluiu apontando quais as metas a serem votadas: as metas dos 5, 10, 15 anos e a  
242 meta final, de 20 anos, do enquadramento. Disse que a questão é se os membros concordam  
243 com o que foi apresentado. Beate tomou a palavra e colocou que a proposta optada em  
244 dezembro vai de acordo com a meta de enquadramento, ou seja, a de 20 anos, com rios de  
245 classe um e dois. A proposta real seria aceitar estas metas e fazer um monitoramento rigoroso  
246 nos próximos 5 anos para ver se realmente foram atingidos os resultados. Odair questionou  
247 porque foram adotadas referências bibliográficas ao invés das referências obtidas a partir dos  
248 dados de monitoramento e porque a classe 1 já saiu com uma porcentagem tão alta. Sheila  
249 respondeu que para a elaboração da modelagem foram pegadas informações com a população do  
250 município, através da literatura foi foram pegos dados de quanto que cada pessoa gera de  
251 esgoto, e a partir disso fizeram cálculos para chegar à qualidade do rio. Por isso muita coisa que  
252 era classe quatro passou para classe um. Maria Capponi indagou se havia sido levado em  
253 consideração o aumento populacional, visto que há a possibilidade de um grande aumento  
254 populacional com a suposta vinda de algum tipo de indústria, etc. Petrick respondeu que este  
255 fator não foi considerado na simulação pelo fato de o crescimento populacional não ser tão

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

256 grande e também porque se este fator fosse usado, a construção da modelagem demoraria  
257 muito. Beate salientou a colocação da Maria Capponi é de fato importante e informou que o  
258 Rogério está cuidando dessa parte, tanto do crescimento populacional quanto econômico, pois a  
259 demanda de água para daqui um ano, não é mesma demanda de hoje. O presidente perguntou  
260 aos membros se eles estavam dispostos a votar a proposta do enquadramento. Com resposta  
261 positiva, Tercilio abriu votação. Proposta Metas de Enquadramento aprovada com 19 votos.  
262 Pausa para almoço 12h30min, volta prevista para 13h30min. Reiniciada a Assembleia, Maria  
263 Izabel vice-presidente assumiu a presidência, visto que Tercilio Bonessi teve que se ausentar. **6)**  
264 **Aprovação da Agenda de discussão e aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia;**  
265 Beate apresentou a agenda do Plano de Bacia, onde se destacam algumas datas: 05 de março:  
266 Oficina PSA; 31 de março o documento do plano entra no site para consulta online; 06 a 08 e 13  
267 a 15 de março ocorrerão as consultas presenciais do Plano; 21 de abril finaliza a consulta online  
268 e por fim dia 23 de abril o novo Plano de Bacia entra no site. Dia 06 de maio o Plano entra em  
269 aprovação na Assembleia Geral Extraordinária. Em votação, agenda do Plano aprovada com 13  
270 votos. **7) Aprovação do Programa de Produção Integrada de arroz PIA e de Atenuação das**  
271 **Cheias na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí;** A apresentação seria feita por Harry Dorrow, que  
272 não estava presente. **8) Entrega dos certificados prêmio Otto Rohkohl;** Maria Izabel informou  
273 que Rubens Habitzreuter recebeu seu certificado durante o almoço, pois teve que se ausentar  
274 no período da tarde. Solicitou que Odair Fernandes entregasse o Certificado ao Sr. Aldo  
275 Kaestner, e que Ana Paula Lima entregasse o certificado para Ana Maria Duarte de Andrade.  
276 Ana Paula Lima também fez a entrega à Isabelly Porto. Beate Frank entregou o certificado à  
277 Maria Capponi. **9) Informes da Secretaria;** Com a palavra Beate que informou a mudança de  
278 representantes da UCAVI, sendo o novo representante titular Iara Mariza Bonin e o mesmo  
279 suplente Mauri Fernando de Souza. Informou também que devido a três faltas consecutivas sem  
280 justificativas foram solicitadas substituições dos seguintes representantes: Assento 09 Celesc  
281 Geração titular: José de Seixas Vargas e suplente: Alexandre Costa; Assento 23 AMFRI titular:  
282 Ralf Nordt e suplente: Célio José Bernardino; Assento 45 Epagri Ituporanga titular: Daniel  
283 Rogério Schmitt e suplente: Nivaldo Nicoladelli. Seguiu contando sobre o ofício recebido da  
284 Secretaria de Ambientes Urbanos, do Ministério do Meio Ambiente, convidando o Comitê para  
285 participar da Pré-Conferência Nacional de Recursos Hídricos. O Comitê deve indicar 3  
286 representantes, um de cada segmento, sendo que o da sociedade civil o próprio Ministério irá  
287 custear a viagem. **10) Assuntos Gerais;** Maria Izabel convidou os técnicos de Blumenau para  
288 fazer uma apresentação do projeto, visto que o parecer ainda estava sendo elaborado pela C.T.  
289 Plan e pelo GTAPDU. Com a palavra Walfredo Balistieri explicou que o projeto da Margem  
290 Esquerda compreende aproximadamente 1 km de extensão e que no final de 2008 para início de  
291 2009, quando o Governo Federal lançou o PAC Drenagem, a Prefeitura de Blumenau fez uma  
292 série de inscrições de projetos, sendo o da margem esquerda aceito e recomendado. Foram  
293 feitos vários estudos, começando pelo solo existente e a influência de uma possível intervenção.  
294 Quanto ao rio, foi feito um estudo hidrográfico, e a partir disto, traçou-se um perfil muito parecido  
295 com o que se tem na Beira Rio. Isto gerou uma série de questionamentos, visto que seria uma  
296 intervenção significativa, onde se tem toda uma vegetação. Walfredo comentou que a equipe  
297 técnica inclusive foi questionada sobre a possibilidade de executar obras de bioengenharia para  
298 manter a vegetação. Isto foi analisado, mas infelizmente estas técnicas não são recomendadas  
299 em obras como esta. Walfredo colocou que o rio tem uma calha muito grande e a margem está  
300 desestabilizada. Trabalha-se então com enrocamento de base, subindo com placas de concreto  
301 até certa cota. Depois desta intervenção, em cima serão feitas ciclovias e vias de passeio  
302 público, e ainda plantio de jardinagem. Uma questão levantada foi porque não há replantio de  
303 árvores. Walfredo lembrou o efeito alavanca das árvores, e que a vazão do rio não pode  
304 prejudicar nem a montante, nem a jusante. Foi rodado um modelo matemático de vazão, de  
305 recomposição de calha. Tudo isto para gerar uma solução para estabilizar a margem e resolver o  
306 problema deste trecho da ponte até a Prainha. Salientou que o posicionamento da equipe técnica

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

307 é de acatar às solicitações do Comitê e da Caixa Econômica. Colocou-se a disposição para  
308 atender a todos, até mesmo depois de o parecer ser apresentado. Walfredo foi questionado por  
309 Ana Paula Lima se os moradores conhecem o projeto, a obra. Respondeu que sim, que eles  
310 participaram das reuniões com a equipe técnica. Ana Paula perguntou se haverá desapropriação  
311 de lotes. Walfredo respondeu que não, que toda a obra irá ocorrer em áreas onde não há  
312 edificações, dentro dos 33 metros, uma vez que pela resolução do CONAMA pode-se fazer uma  
313 intervenção dessas. Ana Paula indagou ainda qual seria o valor da obra. Walfredo disse que  
314 seria em torno de 10 milhões. Com a palavra Alexandre Linhares Brollo, secretário de obras, que  
315 apresentou o projeto de dragagem do ribeirão da Fortaleza, na região da Rua 2 de Setembro.  
316 Esta obra contempla todo o sistema de contenção de cheias da região da Fortaleza. No projeto  
317 estão previstas seis bombas para puxarem a água, para que a água excedente do ribeirão seja  
318 jogada no rio, e para que a água do rio não afogue mais o ribeirão. Noemia Bohn solicitou a  
319 palavra para falar sobre o projeto da Margem Esquerda, falou ter participado do Grupo de  
320 Estudos Urbanos, da Furb, onde foram discutidas soluções alternativas para este projeto. Em  
321 visita ao local, não pode-se dizer que toda a margem esquerda está desestabilizada. São três  
322 pontos bem específicos, que poderiam ser resolvidos com um simples enrocamento, ou algum  
323 tipo de intervenção mais drástica. Noemia disse que este tipo de obra a preocupa muito, vai  
324 contra o que o Comitê vem propondo. Não vai ser essa vegetação que está na margem esquerda  
325 que vai ser um obstáculo para a vazão do rio Itajaí-açú, isto sequer faz sentido. Colocou que  
326 temos todo um trabalho com a vegetação ao longo do curso da água, não será este trechinho, da  
327 Prainha até a ponte que vai ser o grande problema agravante da enchente, tanto à jusante  
328 quanto à montante. Outra questão preocupante é o tipo de engenharia, usada há 30 anos atrás,  
329 que desconsidera a existência de conhecimentos avançados nos quais a questão ambiental é  
330 levada em consideração. Há uma falta de vontade do poder público municipal de dialogar. Não  
331 houve uma ampla discussão com a sociedade de Blumenau, foi com muita luta que se conseguiu  
332 trazer este projeto para o Comitê do Itajaí. Concluiu dizendo que uma vez aprovado este tipo de  
333 intervenção, haverá um efeito cascata nos outros municípios da Bacia. Walfredo argumentou que  
334 todos os projetos passam pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano. A Furb tem cadeira  
335 neste conselho. O projeto passou também pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, a Furb  
336 também tem cadeira lá. Noemia interveio, argumentando que não foi aprovado no Conselho  
337 Municipal de Meio Ambiente, foi somente apresentado. Walfredo disse para que Noemia  
338 procurasse a ata da reunião, pois inclusive estava presente no local um professor de  
339 Bioengenharia, o qual falou que as técnicas de bioengenharia não servem para esta situação.  
340 Noemia disse que a Furb, como sociedade civil, fez uma crítica, e isso tem que ser discutido.  
341 Walfredo respondeu que as críticas foram analisadas, e depois disso o projeto foi encaminhado  
342 ao Ministério Público, o promotor federal tem todas as respostas. Nada no projeto foi feito sem as  
343 devidas licenças ambientais, da Secretaria do Patrimônio da União, Capitania dos Portos,  
344 Inventário Florestal, estudo hidrológico feito pelo professor Adilson Pinheiro com um modelo  
345 matemático que leva em conta todas as vazões. Noemia disse que gostaria de esclarecer a  
346 questão do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Em 2008, o Conselho Estadual de Meio  
347 Ambiente aprovou uma resolução dizendo que durante o ano de 2008 todos os empreendimentos  
348 do poder público voltados à área de drenagem estariam isentos do procedimento regular de ter  
349 licenciamento, ou seja, de fazer as avaliações de impacto ambiental. É claro que um  
350 empreendimento como este, com tamanha intervenção, em época normal necessitaria estudo de  
351 impacto ambiental, o que não aconteceu em relação a este empreendimento. Então o fato de ter  
352 uma licença concedida em época de exceção não faz sentido. Noemia disse que concorda com a  
353 esta resolução do CONSEMA foi ela faz sentido para as obras emergenciais pós-catástrofe de  
354 2008, pois não havia tempo de fazer estudo de impacto ambiental. Ou seja, esta licença que o  
355 projeto tem, é uma 'meia' licença, não é completa. Com esta avaliação de impacto ambiental são  
356 feitas audiências públicas em que a comunidade discute o projeto, para poderem se manifestar e  
357 se posicionar em relação ao empreendimento. Walfredo disse ainda que queria deixar bem claro

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

358 que existe uma regra vinda do governo federal e que ela tem que ser acatada. Não funciona  
359 assim "Vamos pegar o dinheiro que veio para a obra da Beira Rio e aplicar na Itoupava." É  
360 obrigatório seguir o trâmite exigido. É uma obra emergencial que foi aprovada pelo Ministério. A  
361 situação atual é a seguinte: não deve ser feita a obra. Certo, mas então se devolve o dinheiro,  
362 não há maneira de aplicar em outro lugar. Todos estes questionamentos foram analisados. Beate  
363 salientou que temos que ter clareza que o rio não é somente daqueles moradores, nem da  
364 Prefeitura. O rio é todos, e é de todos a responsabilidade de cuidar dele. Por isso, o Ministério  
365 das Cidades decidiu sabiamente consultar o Comitê sobre estes projetos, o que faremos com  
366 muita seriedade. Maria Izabel chamou a atenção de todos para a leitura do parecer de Blumenau.  
367 Wilando ressaltou que a contextualização é mesma dos projetos anteriores. "Histórico:  
368 Recomendações sobre o projeto da Margem Esquerda já tinham sido feitas pelo Comitê do Itajaí  
369 por intermédio da Moção nº 12, do dia 03 de dezembro de 2009. Estas questões devem ser  
370 levadas em consideração na análise do projeto, pois significam a manifestação dos atores sociais  
371 da bacia quanto à preocupação com o impacto das obras. A moção faz os seguintes  
372 requerimentos à Prefeitura de Blumenau: que reveja a concepção do referido projeto e a forma  
373 de conduzi-lo; que o novo projeto atenda diversas considerações feitas na moção e que esteja de  
374 acordo com as técnicas contemporâneas de intervenção em margens de rios difundidas no  
375 mundo todo; que o novo projeto contemple a participação da população, sendo discutido com a  
376 comunidade por meio de audiências públicas, com representantes das organizações da  
377 sociedade civil interessada; que o novo projeto seja apresentado ao Comitê do Itajaí; que o novo  
378 projeto seja amplamente divulgado para todos os municípios da bacia do Itajaí, aí sim como um  
379 exemplo a ser seguido. A priori a solução apontada no projeto deve ser direcionada não a  
380 urbanização e sim a contenção de erosão. Com relação ao redirecionamento, o projeto deve  
381 considerar os aspectos naturais em detrimento aos aspectos estéticos. A devida prudência com  
382 possíveis impactos que as obras possam causar na Bacia do Itajaí remete ao conceito dos  
383 princípios constitucionais da prevenção e da precaução. Em existindo dúvidas a prudência  
384 determina a necessidade dos projetos seguirem as seguintes recomendações apontadas pelo  
385 GTAPDU." Maria Izabel colocou que não estão claros quais são os pontos que devem sofrer  
386 melhorias. A palavra foi solicitada por Sérgio Lubitz responsável técnico pelo projeto de  
387 Blumenau, e o mesmo colocou que em reunião na parte da manhã, foram apontados 3 aspectos  
388 inconsistentes no projeto, os quais foram acatados. Disse que do jeito que o parecer foi feito, o  
389 projeto está sendo jogado pelo ralo a baixo, ou seja, 3 milhões ralo a baixo. O parecer não foi  
390 nem convincente para detonar o projeto, nem para dizer o que tem que ser melhorado. Apontou  
391 que seria tão mais fácil dizer o que tem que ser feito, pois dessa forma está se trabalhando em  
392 um círculo fechado, sem chegar a conclusão nenhuma. Beate mencionou que na verdade o  
393 papel do Grupo Técnico de Análise de Projetos está sendo extrapolado. É preciso que fique claro  
394 o papel do Comitê. É um órgão deliberativo, que vota de forma participativa as questões de  
395 interesse comum. Ainda que o parecer tenha sido vaga, Beate colocou que a sua leitura é de que  
396 a Moção nº 12 se mantém. Francisco Carlos Nascimento resumiu dizendo que o grupo gostaria  
397 que fosse feito um redirecionamento do projeto, no sentido de preservar ao máximo os recursos  
398 naturais do local, e não focar somente na questão da urbanização. Ana Paula Lima salientou que  
399 foi pedido pela Caixa e pelo Ministério das Cidades o aval do Comitê, então, temos a  
400 responsabilidade de tomar a melhor decisão. Ari Xavier salientou que nem o GT nem a CT-Plan  
401 são contra o projeto ou pretendem anulá-lo, mas estão propondo um redirecionamento do  
402 mesmo. Walfredo colocou que prefere que o parecer seja mais conclusivo, visto que ao chegar à  
403 CAIXA, este parecer deverá estar claro. Com relação às mudanças, devem ser feitas  
404 adaptações que melhorem o projeto, e não que tire totalmente seu conceito. O parecer deveria  
405 seguir o exemplo dos outros pareceres, o que deve ser feito e ponto final, tem que ser  
406 conclusivo. Maria Izabel falou que a partir do momento que se tem a necessidade de um parecer  
407 para o projeto ser aprovado, os interessados que devem correr atrás e não esperar que o Comitê  
408 vá até eles. Noemia disse que entendeu pelo parecer que no projeto há um peso muito grande na



# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

409 questão estética e urbanística muito mais que para contenção. O parecer mostra que a questão  
410 central deve ser a contenção, mas talvez não esteja tão claro isto. O engenheiro Sérgio colocou  
411 que houve uma solicitação para que a equipe avançasse um pouco mais na questão da  
412 urbanização. Deve ser lembrado o seguinte: é um projeto de engenharia ou de bioengenharia?  
413 De acordo com o último parágrafo do parecer, que pede um redirecionamento, Sérgio disse que  
414 só resta rasgar o projeto inteiro, e refazer usando bioengenharia. Hipótese que não seria aceita  
415 por um simples detalhe: a obra pode ter um aspecto final urbanístico e paisagístico, mas a obra é  
416 de contenção. Se não for feita uma obra de contenção, tudo irá cair, mais cedo ou mais tarde.  
417 Com ou sem árvore vai cair. Sérgio afirmou que como engenheiro foi formado para salvar  
418 pessoas e não para colocar suas vidas em risco. Sua lógica é a segurança, depois a economia,  
419 depois a estética e depois o meio ambiente. É preciso decidir se o projeto a ser feito é de  
420 bioengenharia ou de engenharia. Odair Fernandes apontou que não adianta ficar discutindo o  
421 que tem e o que não tem no projeto, que o papel do Comitê neste momento é de aprovar o  
422 parecer. Concordou com o fato de que não está tão bem explanado quanto os outros pareceres.  
423 Wilando comentou que o redirecionamento proposto diz respeito à execução do projeto somente  
424 nos locais de real necessidade, e não no quilômetro inteiro, que esta é a questão. Se o  
425 quilômetro inteiro está condenado, então toda a margem está. Isto seria exagero. Mariz Izabel  
426 sugeriu que o parecer seja reorganizado, de modo a ficar mais objetivo e mais claro, e separando  
427 os pareceres da Margem Esquerda e da Fortaleza. O Grupo Técnico aceitou e passou a  
428 reorganizar o parecer. O novo parecer passou a ter o seguinte texto: 1) Projeto Fortaleza: Os  
429 critérios técnicos foram atingidos de forma a oferecer uma resposta positiva às intenções do  
430 projeto, restando alguns pontos que merecem recomendações (as mesmas dos outros). 2)  
431 Projeto Margem Esquerda: Diante do exposto acerca desse projeto, o GTAPDU decidiu exarar  
432 parecer chamando a atenção para os seguintes pontos que devem ser analisados e  
433 considerados pela agência financiadora. O objetivo dos projetos de salvaguardar a segurança  
434 dos cidadãos em momento algum é posto em discussão, ao contrário percebe-se uma  
435 preocupação em cessar estes problemas. No entanto a desconsideração da conservação da  
436 situação ambiental existente aliada à necessidade de contenção da erosão das margens foi  
437 trabalhada com técnicas que priorizam a estética urbanística, como prevê o Projeto 2050 de  
438 Blumenau. A priori a solução apontada deve ser redirecionada à contenção de erosão e não  
439 apenas à urbanização da cidade com verbas previstas pelo PAC Drenagem. Sendo assim, o  
440 parecer é favorável ao projeto desde que haja seu redirecionamento visando à conservação dos  
441 aspectos naturais em detrimento dos aspectos estéticos urbanísticos. A devida prudência com os  
442 possíveis impactos que as obras possam causar na Bacia do Itajaí remete ao conceito dos  
443 princípios constitucionais da prevenção e da precaução, em havendo dúvida frente aos possíveis  
444 impactos a prudência deve prevalecer." Mariz Izabel colocou em votação o parecer. Parecer  
445 aprovado com 19 votos. Beate registrou um agradecimento à CT-Plan e ao GTADPU por todo  
446 trabalho desenvolvido. José Noldin manifestou-se colocando que deveria ser revisto este papel  
447 do Comitê de dar algum parecer, pois é um assunto muito sério que exige uma equipe técnica  
448 muito bem preparada. Noemia respondeu colocando que a equipe do grupo estava  
449 extremamente preparada, e que acredita ser muito importante o papel do Comitê nesta  
450 discussão. Maria Izabel deu por encerrada a Assembleia. Sem mais nada a declarar, eu, Beate  
451 Frank, lavro a presente ata que vai assinada por mim e pela Presidente do Comitê do Itajaí.  
452 16h20min  
453